

# *Auditoria operacional com foco na efetividade do apoio a microempresas de um município do Estado do RS após a enchente de 2024*

## *Performance Audit Focusing on the Effectiveness of Support for Micro-enterprises in a Municipality of RS State after the 2024 Flood*

**Luiz Gilberto Monclaro Mury**

Economista – Auditor de Controle Externo – TCE/RS. Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

E-mail: [mury.luiz@gmail.com](mailto:mury.luiz@gmail.com)

### **RESUMO**

Este artigo origina-se de uma auditoria operacional focada no princípio da efetividade, e teve como objetivo analisar o impacto de uma política pública voltada à manutenção dos empregos de microempresas em um município do estado do RS após a enchente de 2024. Para tanto, uma ferramenta de inferência estatística, denominada teste T de Student, foi aplicada a uma relação de empresas locais, revelando o resultado tanto para as empresas beneficiadas quanto para as não beneficiadas com o recurso público.

**Palavras-chave:** auditoria operacional, teste T de Student, enchente no RS.

### **ABSTRACT**

*This article is based on a performance audit focused on the principle of effectiveness and aims to analyse the impact of a public policy designed to sustain jobs in microenterprises within a municipality of RS state following the 2024 flood. To achieve this, a statistical inference tool called Student's t-test was employed on a list of local companies, revealing the results for both groups: those that benefited and those that did not benefit from the public resource.*

**Keywords:** Performance audit; student's T-test, flood in RS.

## **1 INTRODUÇÃO**

Considerada a pior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, as fortes chuvas que atingiram o Estado em maio de 2024 impactaram 478 das 497 cidades gaúchas. O número de vítimas fatais chegou a 184, além de 806 feridos e 25 pessoas que permanecem desaparecidas. As cenas de cidades submersas em água chamaram a atenção do mundo inteiro.

---

Artigo recebido em 23/08/2025. Aceito para publicação em 30/10/2025.

Quase 200 mil pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas, e uma verdadeira operação de guerra foi deflagrada pelos governos locais e nacional, mobilizando forças de resgate de diferentes estados, que contaram com o apoio de milhares de voluntários vindos de todas as regiões do país, além de uma rede gigantesca de doações.

Programas estaduais e municipais de aluguel solidário, além de uma força-tarefa de profissionais da saúde, também acudiram à população no pós-evento climático.

Além do suporte aos atingidos, alguns municípios gaúchos lançaram programas de apoio à iniciativa privada com ênfase nas microempresas ou microempreendedores individuais locais. Dentre estes, está o município-foco deste artigo, que logo após o período da enchente instituiu um programa de ajuda financeira cujos objetivos eram, entre outros, possibilitar às microempresas atingidas pelo evento climático extremo o acesso a valores que auxiliassem na retomada de suas atividades, visando assim a manutenção do emprego e da renda da população.

Em que pese a importância da intervenção do poder público após uma catástrofe natural, deve-se avaliar se o auxílio concedido realmente alcançou os objetivos esperados, pois, a título de informação, o município foco da pesquisa desembolsou cerca de R\$ 24 milhões apenas com três programas sociais. Assim, visando avaliar se o projeto de apoio aos microempresários foi bem-sucedido, ou seja, se auxiliou as microempresas a manterem seus empregados, uma auditoria operacional com foco na efetividade do gasto público foi conduzida, sendo que parte dela originou o presente artigo.

## 1.1 HIPÓTESE

Diante do contexto apresentado acima, este artigo objetiva responder à seguinte questão: o programa emergencial teve resultado positivo na manutenção dos empregos pelas microempresas locais?

Para examinar essa hipótese, o restante do artigo está dividido em quatro partes: a seção dois inicia com uma breve revisão da literatura sobre auditorias operacionais e avaliação de impacto; na sequência – seção três - é apresentada a metodologia empregada para analisar a efetividade da política pública. A seção quatro, por sua vez, é destinada a discutir os resultados e achados do artigo e, finalmente, apresentar as considerações finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Até o início da década de 1970, as Entidades de Fiscalização Superior tinham como objetivo básico o controle de natureza formal, voltado para a verificação da regularidade na execução dos gastos públicos, da conformidade legal dos atos administrativos e da fidedignidade dos demonstrativos financeiros. Essa sistemática de trabalho começou a se alterar em razão de problemas financeiros nos estados, causados por quatro fatores socioeconômicos.

- (i) Crise fiscal oriunda da sobrecarga de atividades acumuladas pelos governos no período pós-Segunda Guerra Mundial e pelos contribuintes, que se negavam a pagar mais impostos por não enxergarem relação direta entre o acréscimo de recursos governamentais e a melhoria dos serviços públicos.
- (ii) Os efeitos nocivos à economia mundial da crise do petróleo iniciada em 1973.
- (iii) Crise no *welfare state*: de um lado, os novos governos neoliberais, que consideravam privilégios o que grupos de pressão entendiam por conquistas.
- (iv) E o fenômeno da globalização, que enfraqueceu o poder dos governos para controlar os fluxos financeiros e comerciais e para ditar políticas macroeconômicas.

Paralelamente à cobrança por mais eficiência, economicidade e transparência dos gastos públicos em decorrência da crise financeira que enfrentavam, diversos países iniciaram reformas em seus serviços públicos, seguindo teorias econômicas e princípios desenvolvidos para modelagem de negócios privados. Essa onda de reformas, referida na literatura como NGP - Nova Gestão Pública, visava tornar o serviço público mais orientado ao cidadão e melhorar sua eficiência usando modelos de gerenciamento do setor privado.

O termo NGP foi empregado pela primeira vez no artigo "A gestão pública para todas as estações?", no qual apresentou os pilares desta abordagem, dentre os quais:

- (i) enfoque no estilo do setor privado para as práticas de gestão pública;
- (ii) medições de desempenho para o setor público;
- (iii) ênfase em maior disciplina e parcimônia no uso de recursos públicos.

O modelo da Nova Gestão Pública espalhou-se pelo mundo com a promessa de atacar dois males burocráticos: o excesso de procedimentos e a baixa responsabilização

dos burocratas frente ao sistema político e à sociedade. Basicamente, a proposta era flexibilizar a administração pública com uma nova forma de provisão dos serviços, com foco no consumidor-cliente. Também se previa aumentar a *accountability*, conceito que pode ser entendido como a responsabilização democrática dos agentes públicos por meio de dois mecanismos: *accountability* vertical, na qual a sociedade controla de forma ascendente os governantes (mediante o uso do voto em representantes, plebiscitos, conselhos de usuários de serviços públicos, entre outros) e *accountability* horizontal, definida como aquela que se efetiva mediante a mútua fiscalização entre os poderes (*checks and balances*) e por meio de órgãos governamentais que controlam a atividade pública, a exemplo dos Tribunais de Contas brasileiros.

Neste sentido, a NGP visava não somente alterar a ênfase do setor público por meio de maior controle financeiro, aumento da eficiência, definição de metas e delegação de poderes, mas também o acompanhamento dos resultados alcançados<sup>1</sup>:

A discussão acerca do enfrentamento dessa crise transbordou da área econômica, chegando ao campo da administração pública com questões relacionadas à dimensão e papel do Estado, relações entre governo e sociedade, organização dos serviços públicos e modelos e processos de gestão, pregando-se uma maior aproximação às formas de atuação do setor privado.

Deste modo, para que as auditorias governamentais pudessem avaliar esse novo modelo de gestão pública, tornou-se necessário ir além das análises financeiras e de conformidade, passando também a avaliar o desempenho operacional do gasto público segundo diferentes dimensões, conceituadas sucintamente como segue.

- (i) **Economicidade:** minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade ou elaboração de um produto, sem comprometimento dos padrões de qualidade.
- (ii) **Eficiência:** relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade.
- (iii) **Eficácia:** grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período, independentemente dos custos implicados.
- (iv) **Efetividade:** diz respeito à ocorrência de mudanças na população-alvo que se pode razoavelmente atribuir às ações do programa avaliado.
- (v) **Equidade:** baseia-se no princípio que reconhece a diferença entre os indivíduos e a necessidade de tratamento diferenciado para reduzir o impacto

<sup>1</sup> Albuquerque (2007, pág. 4, 5).

dessas diferenças. Trata-se de adaptar as regras existentes a um caso específico, observando-se critérios legais para torná-lo mais justo.

Auditorias operacionais visam responder a uma questão específica sobre o desempenho ou o resultado de um programa<sup>2</sup>. A seguir, alguns exemplos de questões que podem ser abordadas em AOPs:

- (i) considerando as devidas opções de mercado, os insumos foram adquiridos ao menor custo? (economicidade);
- (ii) os insumos adquiridos foram bem utilizados e no momento certo, sem que ocorressem desperdícios, desvios e outras práticas indevidas? (eficiência);
- (iii) as metas estabelecidas pela administração de forma facultativa ou impositiva foram alcançadas? (eficácia);
- (iv) os impactos decorrentes das ações desenvolvidas pela administração estão corretamente avaliados? (efetividade).

Uma parte substancial da atratividade da auditoria operacional está na promessa de responder se os programas e as políticas públicas efetivamente funcionam, e se estes funcionam da maneira mais eficiente possível<sup>3</sup>. Neste sentido, uma auditoria operacional objetiva identificar desperdícios ou oportunidades de melhoria e, assim, contribuir para que os recursos governamentais sejam aplicados de modo mais eficiente ou com maior retorno social.

Para a realização de uma Auditoria Operacional, os procedimentos dividem-se em: **avaliação de processo e avaliação de impacto**. A avaliação de processo é empregada nas auditorias com foco nos princípios da economicidade e eficiência, e é definida como<sup>4</sup>:

Avaliação que enfoca como um programa é implementado e opera; se ele está de acordo com seu desenho originalmente concebido e documentando seu desenvolvimento e operação.

Já para auditar o princípio da efetividade é necessário realizar uma avaliação de impacto, definida como<sup>5</sup> :

Avaliação que faz uma ligação causal entre um programa ou intervenção e um conjunto de resultados. A avaliação de impacto responde à seguinte pergunta: qual é o impacto (ou efeito causal) de um programa sobre um resultado de interesse?

As avaliações de processo e de impacto também se diferenciam em relação às metodologias. Enquanto a utilização de questionários, entrevistas, observação direta e

<sup>2</sup> Araújo (2008, p.31 e 32).

<sup>3</sup> Pollit et al. (2008).

<sup>4</sup> Gertler et al. (2016).

<sup>5</sup> Gertler et al. (2016).

dados existentes se aplica à avaliação de processos, todos os métodos de avaliação de impacto tratam, de alguma forma, da questão de causa e efeito. Para estimar o efeito causal ou o impacto de um programa nos resultados, qualquer método de avaliação de impacto escolhido deve estimar o chamado contrafactual, ou seja, qual teria sido o resultado dos participantes de um programa se não tivessem participado dele. Na prática, a avaliação de impacto exige que a equipe de avaliação encontre um **grupo de comparação** para estimar o que teria acontecido com os participantes do programa, sem o programa, e, em seguida, compare-o com o **grupo de tratamento** que recebeu o programa (grifo nosso).

Na prática, a avaliação de impacto requer que a equipe de auditoria encontre um grupo de comparação (também conhecido como grupo de controle) para estimar o que acontece com indivíduos semelhantes que não participaram do programa e, em seguida, faça comparações com o grupo que participou do programa (também conhecido como grupo de tratamento). Deste modo, caso ocorra diferença nos indicadores/resultados entre os dois grupos (de tratamento e de controle), essa diferença tem grande probabilidade de ser atribuída ao programa em questão. É importante frisar que o grupo de controle deve ser formado por indivíduos com características semelhantes às dos indivíduos do grupo de tratamento.

Pesquisas realizadas em 2018 no Brasil e em vários países revelaram que as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) raramente realizam Auditorias Operacionais com foco no princípio da efetividade, optando, preferencialmente, por avaliações de processos - economicidade, eficiência, entre outros. Nesse sentido, auditorias que abordem o princípio da efetividade por meio de avaliações de impacto são relevantes, pois avaliam o resultado do gasto público, atendendo, assim, aos anseios da população por maior controle da atividade governamental.

### 3 METODOLOGIA

Esta sessão é reservada à aplicação, em um caso prático, de conceitos de auditoria operacional com foco na efetividade dos gastos públicos. Inicia-se com a categorização da pesquisa realizada sob diversos aspectos; na sequência, é apresentada a ferramenta para análise quantitativa de dados, seguida do roteiro de coleta e mensuração dos resultados.

### 3.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA

Pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução de um problema e que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos<sup>6</sup>.

Para a auditoria operacional com ênfase na efetividade do programa de apoio financeiro a microempresas, descrevemos a pesquisa realizada como aplicada, pois objetivava gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida a um problema específico: efeito nos empregos decorrente de apoio financeiro. Foi uma pesquisa quantitativa, pois requereu o uso de técnica estatística e trabalhou, na parte abordada pelo presente artigo, somente com dados numéricos.

Em relação aos objetivos da pesquisa, esta pode ser descrita como explicativa, pois visava identificar se o benefício financeiro recebido por algumas microempresas havia contribuído para a manutenção de seus empregados. A pesquisa foi longitudinal quanto à delimitação temporal, pois o pesquisador acompanhou o fenômeno – o número de empregados por microempresa – entre 2023 e 2024.

Por fim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa que serviu de base para o presente artigo classifica-se como experimental. Esse tipo de pesquisa se caracteriza pela busca por evidências empíricas que confirmem ou refutem uma hipótese, sendo que no caso em tela visou estabelecer relação causal entre duas variáveis: apoio financeiro e emprego.

### 3.2 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

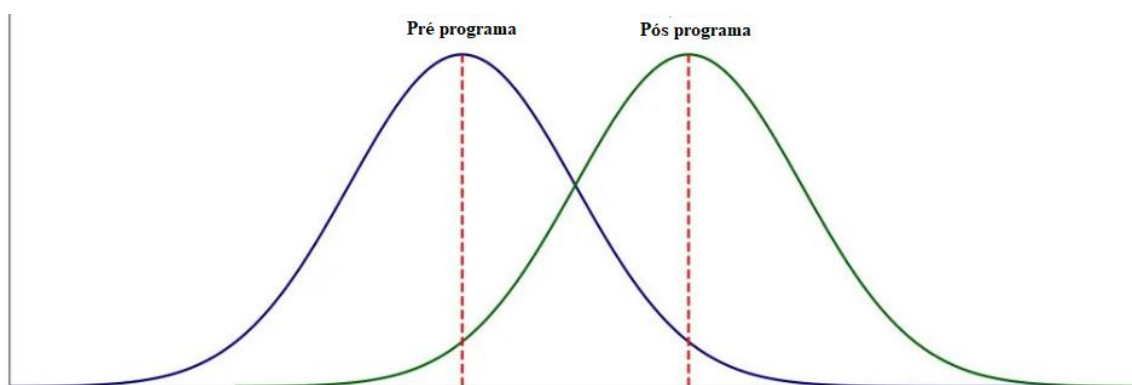
A avaliação do efeito do apoio financeiro recebido por microempresas afetadas pela enchente foi realizada por meio de inferência estatística com o uso do teste T de Student. O teste T é uma ferramenta adequada para determinar se há uma diferença significativa entre as médias de dois grupos, e permite diversas aplicações: desde a comparação da eficácia entre diferentes tratamentos até a avaliação do impacto de intervenções ou políticas públicas. Parte-se de um teste de hipótese, que é um procedimento estatístico para inferir, com base em uma amostra, se a afirmação (hipótese) sobre uma população ou conjunto de dados é válida. Para definir se a hipótese deve ser aceita ou não, normalmente se determina um “ponto de corte” para o nível de confiança definido (valor-p<sup>7</sup>); se o valor-p for menor que esse “ponto de corte”,

<sup>6</sup> Silva, 2001.

<sup>7</sup> Valor-p é o menor nível de significância com que se rejeitaria uma hipótese. Em muitos estudos, o nível de significância é definido como 0,05 para comparação com o valor da probabilidade de significância, o valor de p. Se o

a hipótese é aceita. Por exemplo: se for usado o valor-p de 5% como "ponto de corte", caso o resultado do teste T seja menor do que 0,05, pode-se afirmar que a hipótese é aceita com nível de confiança de 95%. Assim, o teste T ajuda a determinar se os resultados observados são estatisticamente significativos ou se podem ter ocorrido por acaso.

Figura 1 – Dispersão hipotética do número de empregos em dois períodos



Fonte: elaboração própria.

A estatística T foi introduzida em 1908 por um químico da cervejaria Guinness para monitorar a qualidade da cerveja produzida. Uma das variantes desse teste é aplicada para verificar se as médias de duas amostras relacionadas, extraídas da mesma população (antes e depois) e com distribuição normal, são ou não significativamente diferentes. Em experimentos científicos, o teste T é frequentemente usado para comparar resultados entre um grupo de tratamento e um grupo de controle. Um exemplo de aplicação seria testar se houve redução no tempo de produção de uma peça antes e depois do treinamento dos operadores de máquinas.

No presente artigo será testada a seguinte hipótese: o número de empregos em microempresas de um município gaúcho no período anterior à enchente de 2024 é significativamente diferente daquele após o apoio financeiro recebido? Para tanto, a análise será realizada com o auxílio do pacote estatístico do software MS Excel<sup>8</sup> : análise de dados> teste-T> duas amostras em par para médias.

A figura 1 ilustra como pode se comportar a variável número de empregos de um grupo de microempresários antes e após o programa de apoio financeiro.

valor de p for menor que 0,05, ele é considerado "significativo" e, se o valor de p for maior que 0,05, ele é considerado "não significativo".

<sup>8</sup> Análise de dados: Teste-T: Duas amostras em par para médias.

### 3.3 METODOLOGIA PARA A COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quadro 1 – Número de empregos

	Empresa	2023	2024
Tratamento		20	17
		15	16
		19	20
		14	11
		1	5
		8	7
		2	2
		11	8
		7	7
		7	9
		5	7
		5	6
		0	2
	3	4	
	Empresa	2023	2024
Controle		18	10
		0	18
		16	12
		17	11
		15	9
		15	6
		1	16
		14	0
		15	15
		12	11
		10	10
		5	3
		11	11
	12	12	
	11	14	

- Grupo de tratamento antes
- Grupo de controle antes
- Grupo de tratamento depois
- Grupo de controle depois

Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Município

Para a realização da análise baseada no teste T de *Student*, o número de empregados por microempresa cadastrada no Município objeto da auditoria operacional foi fornecido pelo Poder Executivo local<sup>9</sup>, bem como quais ME receberam o apoio financeiro. No caso específico das microempresas, o programa previa um desembolso de R\$ 15.000,00 para as 500 MEs com maior pontuação, cujos critérios de seleção eram:

- I - faturamento: a cada R\$ 1.000,00 de faturamento anual declarado, 1 ponto;
- II - empregados: a cada empregado, 10 pontos;
- III - tempo de funcionamento: a cada ano da data de abertura: 1 ponto;

O pagamento foi realizado em 05 parcelas entre julho e novembro de 2024; ou

<sup>9</sup> A partir de dados do DEFIS (Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais) que as microempresas declaram no primeiro trimestre do ano seguinte. O programa também ofereceu apoio financeiro às MEIs; entretanto, empresas desse porte raramente empregam; assim, não seria possível medir o impacto nas contratações. Outra variável possível de ser analisada seria o faturamento anual, porém seu acesso é restrito pela legislação, não podendo ser fornecido como um microdado (por empresa).

seja, em dezembro de 2024, mês da segunda coleta de informações referente aos empregos, o benefício já havia sido integralmente recebido. Assim, os empregos de 12/2023 referem-se ao período anterior, enquanto os de 12/2024 são dados pós-programa.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DOS ACHADOS

A aplicação da ferramenta iniciou-se com a seleção das amostras que seriam analisadas. Para a formação do grupo de controle (inscritas no programa, mas que não receberam o recurso emergencial), foram selecionadas 170 microempresas, enquanto, para o grupo de tratamento (empresas beneficiadas), também foram selecionadas 170 empresas<sup>10</sup>.

Para responder à questão deste artigo: o programa emergencial teve resultado positivo na manutenção dos empregos nas microempresas locais? Calculou-se inicialmente a média de empregos em 2023 e 2024, tanto para o grupo de tratamento, que recebeu apoio financeiro, quanto para o grupo de controle, que não o recebeu. Os dados constam no Quadro 2.

Quadro 2 – Média de empregos nas microempresas locais em 2023 e 2024.

	Grupo de Tratamento	Grupo de Controle
2023	1,68	3,98
2024	1,99	3,74

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de emprego fornecidos pelo Município

Interessante observar que, se a análise fosse apenas sobre as médias, como apresentado no Quadro 2 e representado na Figura 2, a conclusão seria pela efetividade do programa de apoio financeiro, pois o número médio de empregos no grupo de tratamento cresceu quase 20 pontos percentuais, enquanto no grupo de controle, que não recebeu o benefício, houve um declínio de 6%.

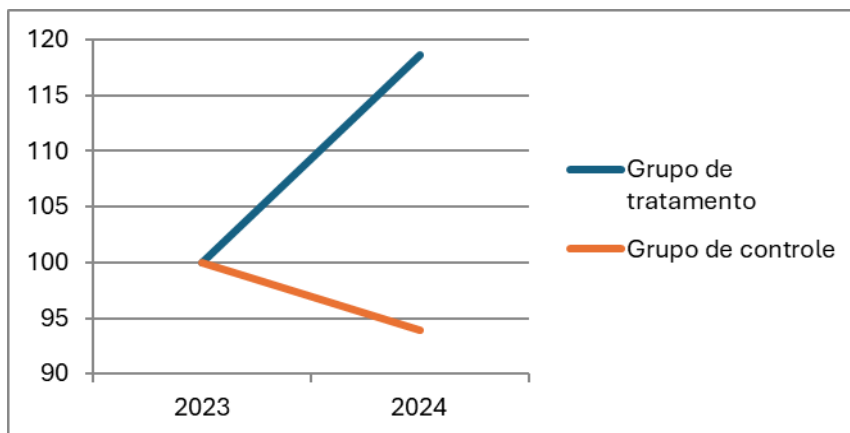
Aprofundando a análise, verifica-se, no entanto, que a variância<sup>11</sup> foi elevada em ambos os grupos; ou seja, individualmente não houve um padrão no comportamento dos empregos entre 2023 e 2024: enquanto algumas empresas mantiveram seus

<sup>10</sup> O tamanho da amostra restringiu-se, nos dois grupos, àquelas microempresas que possuíam empregados.

<sup>11</sup> Dado um conjunto de dados, a variância é uma medida de dispersão que mostra o quão distante cada valor desse conjunto está do valor central (médio).

empregos em ambos os anos, outras foram na contramão do esperado, reduzindo o número de empregados quando deveriam tê-los aumentado ou mantido.

Figura 2 – Evolução do número de empregos entre 2023 e 2024 em %



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de emprego fornecidos pelo Município

Tabela 1 – Evolução dos empregos nas microempresas locais entre 2023 e 2024.

Maiores reduções				Maiores ampliações			
Empresa	2023	2024	Variação	Empresa	2023	2024	Variação
	14	0	-14		0	22	22
	15	6	-9		0	18	18
	18	10	-8		0	17	17
	8	0	-8		2	17	15
	7	0	-7		1	16	15
	17	11	-6		0	9	9
	15	9	-6		0	8	8
	10	4	-6		9	16	7
	6	0	-6		0	7	7
	6	0	-6		0	6	6
	6	0	-6		0	6	6
	5	0	-5		0	6	6
	16	12	-4		0	5	5
	8	4	-4		1	5	4
	6	2	-4		4	8	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de emprego fornecidos pelo Município

Na sequência foi empregado o pacote estatístico do MS Excel tanto para o grupo de tratamento quanto para o grupo de controle com o objetivo de inferir se os resultados do teste T de *Student* permitiriam afirmar que o apoio recebido havia sido positivo para a manutenção dos empregos.

Tabela 2 – Teste-t: duas amostras em par para médias.

	Grupo de Tratamento		
	2023	2024	%
Média	1,68	1,99	
Variância do número de empregos	8,52	11,51	
Observações	170	170	
valor-p	0,08		92,26%

	Grupo de Controle		
	2023	2024	%
Média	3,98	3,74	
Variância do número de empregos	15,03	16,46	
Observações	170	170	
valor-p	0,41		59,49%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de emprego fornecidos pelo Município

Para o grupo de tratamento confirmou-se a variância elevada, influenciando a probabilidade de se obter um valor-p baixo. Assim, com um valor-p igual a 0,08, chega-se ao seguinte resultado:  $1 - 0,08 = 0,92$ . Como esse valor é inferior a 0,95, rejeita-se, com 95% de significância, a hipótese de que as médias de ambos os períodos sejam diferentes. Assim, não podemos afirmar que o benefício financeiro impactou a manutenção dos empregos; ou seja, não é possível afirmar que o programa foi efetivo.

Para o grupo de controle o resultado é o mesmo, pois o valor-p é igual a 0,40, ou seja, o valor  $1 - P$  resulta em 0,60 (inferior a 0,95).

É importante ressaltar que a administração pública do município, foco da pesquisa, optou por não requerer contrapartidas das empresas beneficiadas com o apoio financeiro; ou seja, o recurso foi recebido independente das empresas comprovarem que estavam mantendo os empregos.

Programas ofertados por outras instituições públicas com os mesmos objetivos – manutenção do emprego e da renda, entretanto, exigiam dos beneficiários a comprovação da manutenção de empregos e/ou de que não transferissem a sede da empresa para outros municípios.

No caso de pessoas jurídicas que tomaram recursos do BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul, por exemplo, o contrato de financiamento firmado deveria prever cláusula de compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos existentes anteriormente à calamidade pública<sup>12</sup>.

Já outro município gaúcho – Igrejinha – ao instituir o PROVEEM (Programa de Valorização Emergencial do Emprego de Igrejinha) para auxílio às microempresas e aos

<sup>12</sup> Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/emergenciais/medidas-emergenciais-rio-grande-do-sul/perguntas-e-respostas-rs>

microempreendedores individuais impactados em razão da situação de calamidade pública declarada, determinou que o auxílio alcançasse apenas empreendimentos que se comprometessem a não promover demissões em seu quadro de colaboradores entre maio e julho de 2024, excetuando as demissões por justa causa. As empresas tampouco poderiam encerrar suas atividades em um prazo de seis meses ou se transferir para outro município no intervalo de um ano. Visando avaliar se essa política foi efetiva, aplicou-se o teste T de Student para o universo de 80 microempresas que foram beneficiadas com o recurso do PROVEEM, e os resultados foram:

Quadro 4 – Média e variância dos empregos nas Microempresas de Igrejinha em 2023 e 2024.

	NRO FUNC. Antes	NRO FUNC. Após	%
Média	2,71	2,86	
Variância	3,07	3,41	
Observações	80	80	
valor-p	0,013		98,66%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de emprego fornecidos pelo Município

Ou seja: com 98,86% de confiança, é possível afirmar que o programa teve impacto positivo na manutenção dos empregos das microempresas localizadas em Igrejinha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a efetividade de um programa de apoio financeiro a microempresas locais que tinha, entre outros objetivos, a manutenção dos empregos. A partir dessa premissa, foi aplicada a ferramenta de análise de dados T de Student, tendo como resultado que não é possível afirmar, com 95% de segurança, que os empregos foram mantidos devido ao benefício recebido. Uma possível explicação para a não efetividade do programa seria o fato de que não foram demandadas contrapartidas de manutenção das vagas pelas empresas selecionadas para recebimento do recurso público.

É importante frisar que a auditoria operacional, que foi a base para o presente artigo, não visava questionar a pertinência da ação pública em si, haja vista que a decisão de lançar um programa social cabe aos governos eleitos, ainda mais durante o estado de calamidade pública vigente no período pós-enchente. No entanto, entende-se que o poder público deva prestar contas à sociedade sobre suas escolhas por meio de um processo de *accountability* horizontal, que auxilia a avaliar se a modelagem escolhida

atingiu ou não seus objetivos, permitindo, assim, que futuros programas de apoio financeiro à iniciativa privada sejam melhor elaborados e, deste modo, tragam maior retorno social.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. . Brasília: **Escola Nacional de Administração Pública**, Cadernos ENAP, n. 10, 1997. 52 p.

AGENCIA BRASIL. **Um ano após as cheias no RS: do caos à lenta reconstrução**, 2025, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/um-ano-das-enchentes-no-rs-do-caos-lenta-reconstrucao#>, acesso em 25 Mai, 2025.

ALBUQUERQUE, Frederico. **A Auditoria Operacional e seus Desafios: Um estudo a partir da experiência do Tribunal de Contas da União**. Editora Renovar: Rio de Janeiro, 2007, 154p.

ARAÚJO, Inaldo. **Introdução à auditoria operacional**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 188p.

FÁVERO, L., BELFIORE, P. **Análise de Dados. Estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata**. Elsevier. São Paulo, SP, 2017.

GERTLER, P. *et al.* Avaliação de impacto na prática, 2ª. Ed., **Banco Mundial** :Washington, DC, 2016, 408p.

HOOD, Christopher. A public management for all seasons? **Public Administration**, Wiley, London:, 69: 3–19, 1991, Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x/full>, acesso em 25 Mai. 2025.

MURY, L. G. M. Auditorias Operacionais com Foco no Princípio da Efetividade: Breve Panorama nos Tribunais de Contas do Brasil. **Revista do TCU**, Brasília, v. 1, n. 142, p. 73–83, 2019. Disponível em <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1549>, acesso em 25 Mai. 2025.

MURY, L. G. M. Performance Audits Focused on the Principle of Effectiveness: An Overview of Public Audit Agencies. **Applied Finance and Accounting**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 45-54, July 2018. Disponível em <https://redfame.com/journal/index.php/afa/article/view/3488>. Acesso em 25 mai. 2025.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. São Paulo: Revista Lua Nova, CEDEC, Nº 44, 1998.

POLLITT, Christopher *et al.* **Desempenho ou Legalidade? Auditoria operacional e de gestão pública em cinco países**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

SANO, Hironobu. **Nova Gestão Pública e accountability: o caso das organizações sociais paulistas**. São Paulo: FGV/EAESP, 2003, 149 p.

SANTOS, Antônio R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.

SILVA, Edna L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p

TCU – Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. 4ª. Ed., Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), 2020. 166 p.

VABO, Mia. **New public management: The neoliberal way of governance**. Félagsvísindastofnun Háskóla Íslands: <http://ts.hi.is/Working%20Paper>, p. 204-209, 2009, acesso em 15 Mai de 2018.